

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2022

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
2. QUEM SOMOS.....	6
2.1. Área de atuação.....	7
2.2. Missão, Visão e Valores.....	8
2.5. Nossa estratégia.....	8
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA E ÉTICA EMPRESARIAL.....	9
3.1. Estrutura de governança.....	9
3.2. Gestão de riscos.....	13
3.3. Ética, integridade e transparência.....	14
4. GESTÃO DE PARTES INTERESSADAS.....	17
4.1. Gestão das partes interessadas.....	17
4.1.1. Colaboradores.....	17
4.1.2. Clientes.....	20
4.1.3. Fornecedores.....	21
5. SEGURANÇA HÍDRICA, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA.....	24
5.1. Obras.....	25
5.2. Controle de perdas.....	27
5.3. Segurança de barragens.....	29
6. TRATAMENTO DE EFLUENTES, RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS E SAÚDE PÚBLICA.....	30
6.1. Obras.....	32
7. GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA.....	34
7.1. Biodiversidade.....	34
7.2. Gestão de recursos hídricos.....	35
7.3. Eficiência energética.....	37
7.4. Licenças ambientais.....	37
7.5. Destinação de resíduos.....	38
7.6. Relacionamento com o entorno.....	38
8. RESULTADOS FINANCEIROS.....	41
ANEXO A – DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS – INFORMAÇÕES.....	43
ANEXO B – DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS – INDICADORES.....	48

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2022 a DESO comprovou a sua capacidade econômico-financeira para universalização dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário em Sergipe até 2033, conforme foi estabelecido pelo Novo Marco Legal do Saneamento. Os estudos foram elaborados com base nas diretrizes e premissas estabelecidas no Decreto Federal nº 10.710 de 2021 e atestados por auditoria e certificação independente quanto à adequação dos estudos de viabilidade e do plano de captação às exigências previstas. Os Indicadores Econômico-Financeiros, Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira e Plano de Captação de Recursos foram apresentados à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE e à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, que concluíram pela comprovação da capacidade econômico-financeira, comprovando a solidez da DESO para cumprir as metas da universalização de abastecimento de água (99%) e de esgotamento sanitário (90%) até 31 de dezembro de 2033.

Em paralelo, avançamos rumo à universalização do saneamento através da execução de obras de implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário por todo o estado, com um investimento de R\$ 156 milhões somente em 2022, com destaque para a conclusão da ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Integrado Piauitinga e da implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Jabotiana. A ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Integrado contempla cerca de 175 mil habitantes dos municípios de Lagarto, Salgado, Simão Dias e Riachão do Dantas, com um investimento total de R\$ 83,5 milhões, trazendo segurança hídrica à população desses municípios pelos próximos 30 anos, enquanto o Sistema de Esgotamento Sanitário do Jabotiana contempla mais de 30 mil moradores das localidades Jabotiana, Conjunto J.K., Sol Nascente e Santa Lúcia, com um investimento total de

aproximadamente R\$ 80 milhões, contribuindo significativamente para a despoluição dos rios Sergipe e Poxim.

Iniciamos também obras importantes em 2022, como a implantação do tramo da Adutora do Alto Sertão “Torre T2/Simão Dias”, que transporta água do Rio São Francisco até a cidade de Simão Dias, com investimento previsto de R\$ 80 milhões, e do Sistema de Esgotamento Sanitário de Simão Dias, com orçamento inicial de R\$ 40 milhões. Além destas, outras obras estão em fase de execução, com previsão de conclusão em 2023, como a Ampliação do Sistema Adutor Integrado do Alto Sertão, Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Agreste, Construção da Barragem do Guararema e das Estações Elevatórias de Água Bruta do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Itabaianinha, Implantação do Sistema de Esgotamento da Zona Norte de Aracaju e Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Lagarto.

Além dos investimentos citados, demos continuidade ao programa de eficiência e geração de energia limpa. Em 2022, a migração de energia elétrica do ambiente de contratação regulada (ACR) para o ambiente de contratação livre (ACL), iniciada em 2021 com a contratação de energia por meio de contratos de fornecimento entre o consumidor cativo e a concessionária em que se encontra conectado, possibilitou uma economia de R\$ 10 milhões. Também iniciamos, através de um contrato de locação de ativos, sem contrapartida, a construção da maior usina fotovoltaica de Sergipe, com capacidade de geração de 10.000 MWh/ano, que reduzirá em R\$ 1 milhão por ano os custos com energia elétrica, além de contribuir com a redução da emissão de gases que contribuem para o efeito estufa. Também contratamos, através de pagamento por performance, a substituição e modernização das bombas hidráulicas e instalação de turbinas geradoras de energia do Sistema Integrado da Adutora do São Francisco, nossa maior unidade consumidora de energia, com uma previsão de economia de R\$ 4 milhões por ano. Como reconhecimento por estes projetos, recebemos em 2022 o certificado de energia renovável (com redução de

1.741 tCO₂ dos gases de efeito estufa) e o troféu Quíron Bronze do Premio Nacional de Qualidade do Saneamento (PNQS), que foram conquistados também nas áreas de compras e almoxarifado e de gestão e controle de perdas de água.

Concluimos esta mensagem agradecendo aos nossos 1.554 funcionários pela dedicação, aos nossos clientes pela confiança, aos nossos fornecedores e prestadores de serviços pela parceria. Seguimos fortes no compromisso de garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma eficiente e eficaz, sempre em busca de proporcionar melhoria da qualidade de vida da população e preservação do meio ambiente.

Luciano Gois Paul

Diretor-Presidente

2. QUEM SOMOS

Cuidamos do futuro das pessoas e do meio ambiente.

Somos a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), empresa de economia mista – com 99,83% das ações detidas pelo Governo do Estado de Sergipe –, criada em 25 de agosto de 1969¹ e responsável por estudos, projetos e execução de serviços de captação, tratamento e abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Com sede em Aracaju (SE), atuamos em 74 dos 75 municípios sergipanos², com os quais mantemos contratos de concessão de longo prazo. No total, são atendidos mais de 1,9 milhão de habitantes dessas localidades e grandes clientes, como comércios, indústrias e prestadores de serviços público e privado.

Nosso time é composto por 1.554 colaboradores, além de terceiros, engajados no desafio de garantir o bem comum da população por meio da operação do saneamento básico. A prontidão para a melhoria de abastecimento hídrico e esgotamento é um compromisso com a saúde pública e um zelo com o meio ambiente, expresso na proteção das matas que margeiam os mananciais e na educação ambiental das comunidades locais.

Para saber mais, acesse www.deso-se.com.br.

- 1 Decreto-Lei Estadual nº 109 e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei Estadual nº 268.
- 2 Apenas os municípios de Carmópolis, além das sedes de São Cristóvão, Capela e Estância não fazem parte da nossa área de operação.

2.1. Área de atuação

Regional	Município	
Metropolitana	Aracaju	Nossa Senhora do Socorro
	Barra dos Coqueiros	São Cristóvão (Grande Rosa Elze)
Norte	Brejo Grande	Nossa Senhora das Dores
	Ilha das Flores	Cedro de São João
	Japoatã	Propriá
	Neópolis	Telha
	Pacatuba	Japaratuba
	Santana do São Francisco	Pirambu
	São Francisco	Siriri
	Malhada dos Bois	Muribeca
	Capela (Pov. Terra Dura)	
Centro-oeste	Moita Bonita	Maruim
	Ribeirópolis	Riachuelo
	Areia Branca	Santo Amaro das Brotas
	Campo do Brito	Divina Pastora
	Itabaiana	General Maynard
	Macambira	Rosário do Catete
	São Domingos	Santa Rosa de Lima
	Laranjeiras	Malhador
Sertão	Aquidabã	Monte Alegre
	Amparo do São Francisco	Nossa Senhora Aparecida
	Canhoba	Nossa Senhora da Glória
	Carira	Nossa Senhora de Lourdes
	Cumbe	Pedra Mole
	Feira Nova	Pinhão
	Frei Paulo	Poço Redondo
	Gararu	Porto da Folha
	Graccho Cardoso	São Miguel do Aleixo
	Itabi	Canindé do São Francisco
Sul	Itabaianinha	Boquim
	Tomar do Geru	Cristinápolis
	Umbaúba	Estância (Pov. Porto do Mato e Praia do Saco)
	Lagarto	Indiaroba
	Riachão do Dantas	Pedrinhas
	Salgado	Santa Luzia do Intanhy
	Simão Dias	Tobias Barreto
	Poço Verde	Itaporanga D'Ajuda
	Araúá	

2.2. Missão, Visão e Valores

Missão | Promover a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por meio de soluções efetivas e participativas, para melhoria e qualidade de vida da população.

Visão | Ser reconhecida pela sociedade como uma empresa estatal que presta serviços públicos de qualidade, aliando viabilidade econômica e responsabilidade socioambiental.

Valores

- Ética
- Responsabilidade social, ambiental e gerencial
- Transparência
- Gestão pública de qualidade
- Disseminação do conhecimento
- Perseverança
- Gestão participativa

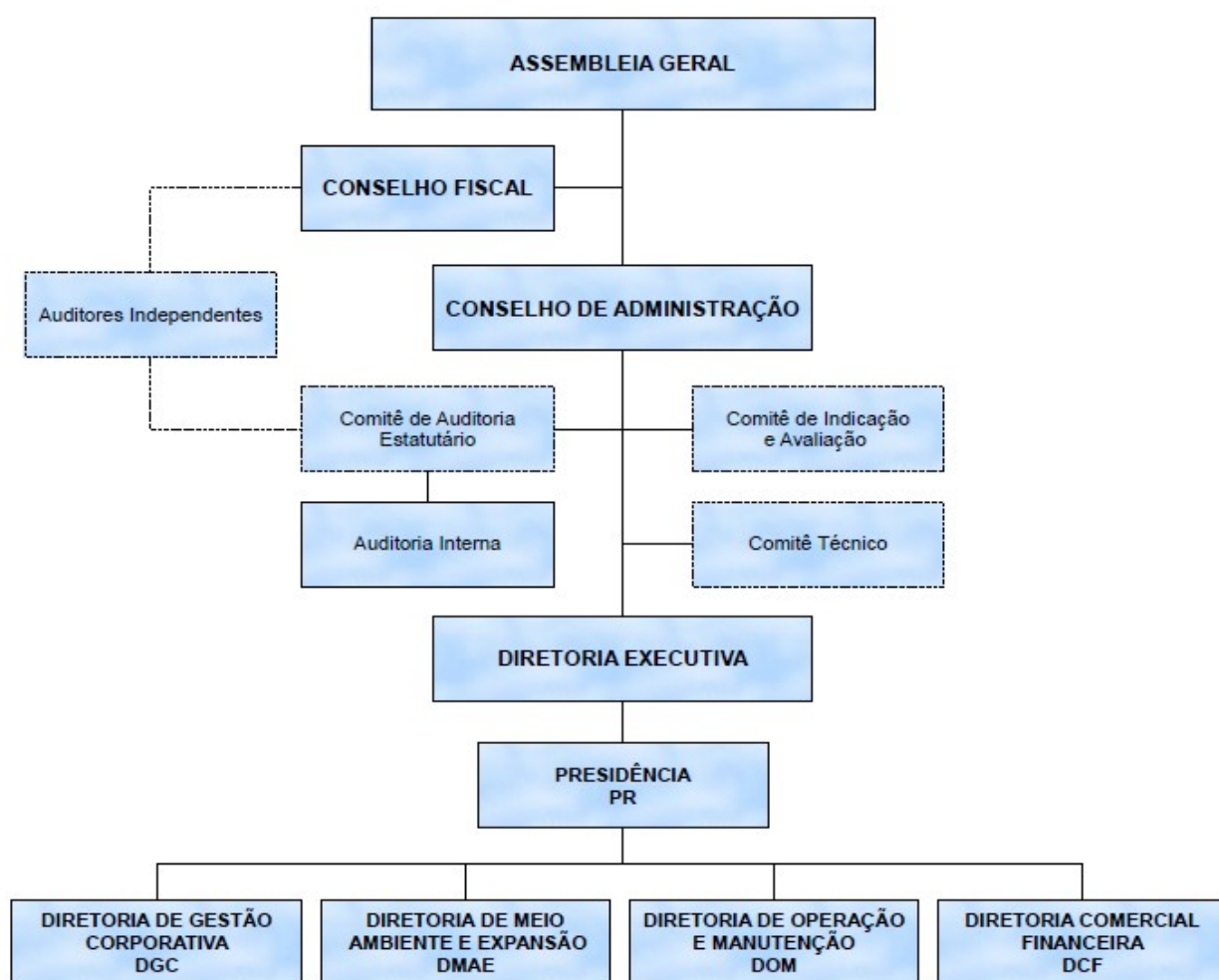
2.3. Nossas Diretrizes Estratégicas

- Custo competitivo e alta produtividade como alavanca da rentabilidade;
- Aumento do valor percebido pelos clientes e sociedade;
- Excelência na gestão de pessoas e da cultura organizacional;
- Melhoria expressiva da gestão dos ativos;
- Melhoria dos relacionamentos para defesa dos nossos interesses;
- Implantação e ampliação dos sistemas de água e esgoto;
- Tecnologia, transformação digital e inovação orientada à geração de valor;
- Desenvolvimento de competência para impulsionar a captação de recursos.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA E ÉTICA EMPRESARIAL

Os órgãos que compõem nossa estrutura de tomada de decisões são Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

3.1. Estrutura de governança



Assembleia Geral | Órgão máximo, com poder de deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências para defesa e desenvolvimento dos negócios. Também compete à instância fixar a remuneração, global ou individual, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, dos membros dos Comitês Estatutários e dos Diretores.

Conselho Fiscal | Instância fiscalizadora composta por três membros efetivos e igual número de suplentes eleitos em Assembleia Geral Ordinária.

Composição

Claudiano Guimarães Santos

Clóvis Monteiro Ferreira da Silva Neto

Roosevelt Santos Mendonça Maynart

Conselho de Administração | Órgão de deliberação colegiada composto por sete membros, escolhidos entre pessoas naturais, brasileiras, residentes no Estado de Sergipe, sendo cinco indicados pelo acionista controlador; um representante dos empregados (de acordo com a Lei Estadual nº 2.608/1987) e um eleito pelos acionistas minoritários, que deverá atender aos requisitos do artigo 22 da Lei Federal nº 13.303/2016.

Compete ao Conselho de Administração aprovar e submeter à Assembleia Geral as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Sustentabilidade; aprovar o plano de negócio e o orçamento empresarial para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos; e promover anualmente a análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo.

Composição

Marcos Venicius Nascimento – Presidente

Carlos Fernandes de Melo Neto – Vice-Presidente

Charles Alves de Oliveira Júnior

Eduardo José Cabral de Melo

José Lima Santana

Raimundo José Cardoso Filho – Representante dos Empregados

Valmor Barbosa Bezerra

Comitês Estatutários | O Conselho de Administração conta com o assessoramento de três Comitês Estatutários permanentes. Seus membros serão remunerados conforme estabelecido pela Assembleia Geral:

- **Comitê de Auditoria**, responsável pela supervisão: dos processos de apresentação de relatórios contábeis e financeiros; dos processos de gestão de riscos e controle interno; e da atuação dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna; além das atribuições descritas no capítulo a seguir.
- **Comitê de Indicação e Avaliação**, cujo dever é auxiliar o acionista controlador, que verificará a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários, nos termos da legislação vigente.
- **Comitê Técnico**, cujas atribuições estão descritas no capítulo a seguir.

Diretoria Executiva | Órgão executivo composto por cinco membros eleitos pelo Conselho de Administração, atuando em suas respectivas competências. Compete à Diretoria Executiva: apreciar os planos e programas gerais, encaminhando-os para aprovação do Conselho de Administração; submeter anualmente à apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração o Relatório de Sustentabilidade; e apresentar ao Conselho de Administração o plano de negócio para o exercício seguinte e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos. Preocupações cruciais são encaminhadas pelo Diretor-Presidente ao Presidente do Conselho de Administração por meio de pauta previamente aprovada, em linha com resolução interna. Temas de menor relevância são apresentados pelo Diretor-Presidente no item “o que ocorrer” das reuniões ordinárias ou propostos diretamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Composição

Carlos Fernandes De Melo Neto – Diretor-Presidente

Ricardo Pereira Simões Dos Reis – Diretor de Gestão Corporativa

José Gabriel Almeida De Campos – Diretor de Meio Ambiente e Expansão

Carlos Anderson Silveira Pedreira – Diretor de Operação e Manutenção

Fabíola Julisse Mendes Medeiros – Diretora Comercial e Financeiro

Os membros do Conselho de Administração e os indicados para o cargo de diretor, inclusive diretor-presidente, são escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, com experiência comprovada para a posição pretendida, entre outros critérios definidos em nossos Estatuto Social e Política de Indicação. É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de dois conselhos, de administração ou fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias.

Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às nossas atividades, sendo vedado a recondução do administrador que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado nos últimos dois anos.

A avaliação dos executivos deve ser realizada anualmente de modo a orientar o aperfeiçoamento da governança corporativa. O processo deve considerar critérios como: exposição dos atos de gestão, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa; contribuição para o resultado do exercício e para a sustentabilidade financeira; consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no planejamento estratégico; contribuição para a diversidade de experiências, formações acadêmicas e qualidade das discussões e deliberações do órgão colegiado do qual participa. O Conselho de Administração é responsável por

conduzir a avaliação: da Diretoria Executiva como colegiado; cada diretor individualmente, incluindo o Diretor-Presidente; do Conselho de Administração como colegiado; e de cada conselheiro por meio de autoavaliação, individualmente. Já o Conselho Fiscal é responsável por conduzir a avaliação do Conselho Fiscal como colegiado; e de cada conselheiro por meio de autoavaliação, individualmente. O Comitê de Indicação e Avaliação oferece o apoio metodológico e procedimental necessário.

3.2. Gestão de Riscos

A DESO conta com uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece diretrizes, conceitos, responsabilidades e procedimentos de gerenciamentos de riscos, de forma a assegurar identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos do negócio com o propósito de contribuir para a sustentabilidade das operações e apoiar os processos decisórios.

A área de Controle Interno e Gestão de Riscos fiscaliza o cumprimento de diretrizes, normas, disposições legais, processos, princípios contábeis, obrigações estatutárias e regimentais, e gere riscos e aspectos de *compliance* para garantir a legalidade das ações internas e evitar impactos nas operações. Cabe a essa equipe adotar práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações; aprovar a política interna, com diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e gestão de riscos e dos controles; supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação dos serviços; estabelecer limites de exposição a riscos globais; e aprovar e supervisionar o método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos, entre outras atribuições. A área de Controle Interno e Gestão de Riscos reporta-se diretamente ao Conselho de Administração em situações em que há suspeita de envolvimento de executivo em irregularidades, conforme estabelecido em nosso Estatuto Social.

O Conselho de Administração tem o papel de implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno para a prevenção e mitigação dos principais riscos, inclusive relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e à ocorrência de corrupção e fraude. O órgão é assessorado pelo Comitê de Auditoria na avaliação e no monitoramento da matriz de riscos estratégicos, com a priorização dos riscos e seus respectivos planos de resposta e contingência.

Nosso Estatuto ainda prevê um Comitê Técnico, cuja missão é identificar, avaliar, monitorar continuamente os riscos e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar a evolução dos passivos; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos; e propor critérios para a identificação de riscos inerentes à atuação dos conselheiros e a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração referente aos assuntos das auditorias interna e externa.

Complementarmente, a Auditoria Interna afere a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do mecanismo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

3.3. Ética, Integridade e Transparência

Do decorrer das últimas cinco décadas, construímos uma história alicerçada em princípios e valores, com prevenção de conflitos de interesse, vedação de atos de corrupção e fraude e demais orientações relacionadas à conduta ética, que sempre nortearão nossos relacionamentos internos e externos.

Esse comportamento está documentado em nosso Código de Conduta e Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração em 2018, que visa à

padronização das condutas pessoal e profissional de todos, independentemente de cargo e função, além de referenciar o combate às formas de corrupção e atos que lesem a administração pública.

O material está disponível para consulta em nosso *website* e em todos os locais de atendimento aos clientes. Também é distribuído aos nossos administradores e empregados, que devem assinar o termo de recebimento, declarando observação e cumprimento das orientações.

Os treinamentos sobre o código entre todos os administradores, gestores e empregados são obrigatórios e devem ocorrer no mínimo anualmente. É responsabilidade da área de Controle Interno propor ações de atualização, disseminação e cumprimento das normas, bem como estabelecer critérios para o tratamento de situações não previstas no material, dirimir situações controversas, equacionar dilemas éticos e garantir a uniformidade dos critérios usados na resolução de casos similares.

Mantemos ainda canais de denúncia para recebimento de queixas e acusações internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade, das políticas estratégicas e das demais normas internas. Além disso, há mecanismos de proteção para impedir qualquer tipo de retaliação a quem utilize esses canais, e sanções aplicáveis em caso de comprovada violação às regras, como advertência (verbal ou escrita), suspensão e demissão.

A Ouvidoria é a unidade responsável pelo recebimento de denúncias, que, sempre que possível, devem ser acompanhadas de comprovação. O Comitê de Auditoria e a Auditoria Interna também contam com meios para receber queixas, inclusive sigilosas, internas e externas, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

Todas as demandas recebidas são tratadas com imparcialidade e confidencialidade, com processo instaurado pela Ouvidoria, que as encaminha à área de Controle Interno para análise preliminar e posterior remessa, se aplicável, à Comissão de Conduta e Integridade.

Essa instância é formada por seis empregados efetivos, três deles indicados pela Diretoria-Executiva e três eleitos pelos empregados, com mandatos unificados de dois anos, vedada a recondução e a concessão de qualquer privilégio ou remuneração, sujeitos à aprovação pelo Conselho de Administração. As reuniões da comissão são realizadas sempre que necessário, mediante fatos ou solicitações que justifiquem, e devem analisar a natureza e a frequência das transgressões ao Código, recomendando ações preventivas e corretivas, acompanhando os processos de infração e estimulando o comprometimento dos empregados com uma conduta ética. A cada dois anos, a instância analisa a efetividade do Código de Conduta e Integridade a fim de propor melhorias.

No documento está inserida nossa Política de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesse, que estabelece deveres e vedações. Cabe à área de Controle Interno avaliar eventuais conflitos de interesses e deliberar as medidas a serem aplicadas.

4. GESTÃO DE PARTES INTERESSADAS

4.1. Gestão das partes interessadas

4.1.1. Colaboradores

Encerramos o ano com 1.554 colaboradores, todos com contrato de trabalho permanente e cobertos pelo acordo de negociação coletiva, incluindo os não sindicalizados. Pouco mais da metade da força de trabalho (844) atuava na região metropolitana, enquanto os demais dividiam-se entre as regionais Sul (209), Centro-Oeste (130), Sertão (201) e Norte (170)³.

DIRETORIA	EMPREGADOS
Presidência	67
Diretoria de Gestão Corporativa	127
Diretoria Meio Ambiente e Expansão	101
Diretoria de Operação e Manutenção	992
Diretoria Comercial Financeira	267
Total	1.554

Como sociedade de economia mista, contratamos os nossos empregados somente mediante concurso público, em atendimento ao artigo 37, inciso II, da Constituição Federal. Nos dois últimos concursos realizados (em 2004 e 2013), garantimos o percentual mínimo de vagas para pessoas com deficiência previsto no artigo 93 da Lei Federal nº 8.213/1991. Entretanto, como ainda não realizamos nenhum concurso após a Lei Estadual nº 199/2017, que dispõe sobre a reserva de cota racial, ainda não realizamos o acompanhamento do percentual de empregados por cor e raça.

Entretanto, o nosso Código de Conduta e Integridade estabelece que, nos relacionamentos entre diretores, empregados e colaboradores, é dever exercer as

- 3 Informações compiladas com base nos dados do cadastro do setor Pessoal. Há ainda profissionais terceirizados para serviços específicos, como serviços de limpeza, vigilância, leitura, cobrança, entre outros. No entanto, não temos o controle efetivo sobre os dados desses trabalhadores.

funções sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, garantindo um ambiente livre de constrangimento moral ou sexual de qualquer ordem; e vedado praticar ou permitir qualquer forma de discriminação relativa à etnia, raça, idade, sexo, cor, nacionalidade, credo, religião, orientação política, preferência sexual, incapacidade física ou mental e/ou qualquer outra classificação protegida por leis federais, estaduais ou municipais.

A nossa política salarial é baseada no Plano de Cargos, Carreiras e Salários, tendo como critérios o cargo de ingresso do empregado e o respectivo tempo de serviço, sem distinção entre homens, mulheres, sejam PcD ou não. Reconhecemos a necessidade de intensificarmos estratégias específicas para promoção da diversidade e equidade, com políticas afirmativas de combate ao capacitismo, ao machismo, à LGBTfobia e ao racismo.

No Acordo Coletivo de Trabalho firmado com o sindicato contamos com uma cláusula direcionada à proteção da mulher, assegurando às empregadas gestantes e lactantes, na hipótese de estarem expostas ou submetidas a condição insalubres, como Estações de Tratamento e/ou perigosas que ofereçam riscos, sejam prejudiciais ou incompatíveis com a gestação/lactação, o automático remanejamento de atividade e/ou local de trabalho, sem prejuízo da qualidade do trabalho e da remuneração, durante o período da gestação/lactação, retornando ao setor somente ao término da condição em questão. Asseguramos também à empregada lactante a redução de uma hora por turno da jornada diária de trabalho até que o filho complete 12 meses de idade.

Participamos também do Programa Empresa Cidadã, prorrogando por mais 60 dias a duração da licença-maternidade, como previsto no artigo 7º, inciso XVIII da Constituição Federal e conforme Lei 11.770/2008, bem como promovemos por mais 15 dias a licença-paternidade, como previsto no artigo 7º, inciso XIX da Constituição Federal e conforme Lei 13.257/16.

Mantemos um setor de saúde e segurança ocupacional totalmente dedicado em garantir o cumprimento da legislação e a gestão de todos os indicadores referentes ao tema. A equipe é responsável por realizar inspeções e perícias, elaborar laudos técnicos periciais, emitir pareceres, monitorar médicos periódicos e o uso adequado de equipamentos de proteção individual e coletiva.

ACIDENTES DE TRABALHO		
Acidentes típicos	Com afastamento	14
	Sem afastamento	0
	Total	14
Acidentes de trajeto		3
Óbitos		0
Total de acidentes		17

Estamos constantemente promovendo campanhas e treinamentos de conscientização, educação e orientação dos colaboradores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. Também nos preocupamos em garantir a saúde dos nossos colaboradores fora do ambiente de trabalho, disponibilizando um plano de saúde, em convênio com a ASSEC, contribuindo com até 90% da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do colaborador. O plano cobre ampla rede credenciada para atender às diversas demandas dos beneficiários.

Há mais de 25 anos, empreendemos o Programas Despertar, cujo objetivo é acompanhar, instruir e dar suporte a funcionários da empresa que são acometidos por alguma dependência química.

Outro destaque é o Programa Filho com Deficiência para apoio a colaboradores com filhos portadores de Síndrome de Down, paralisia cerebral ou autismo. A Coordenação de Serviço Social e Benefícios acompanha individualmente desses

filhos por meio de visitas domiciliares, atendimentos individuais, reuniões bimestrais, entre outras ações.

4.1.2. Clientes

Com o objetivo de agilizar e viabilizar o atendimento virtual, oferecemos desde 2015 a Agência Virtual, que desde 2015 oferece comodidade quando o cliente precisa ter acesso a alguns dos serviços oferecidos em nossas 58 lojas de atendimento por todo o Estado. Possuímos também canais de atendimento telefônico 24 horas por dia, sete dias por semana, por meio do 0800 079 0195, para serviços emergenciais, como falta de água, vazamentos de água e extravasamento de esgotos; e do 4020 0195, para os clientes solicitarem religação de água, análises de fatura, aferição de hidrômetro, alteração cadastral, entre outros serviços.

Também estamos presente 24 horas por dia, pelo WhatsApp, sendo possível solicitar instantaneamente segunda via da fatura e Certidão Negativa de Débito, mudar o vencimento mensal da fatura, solicitar serviços como religação de água, ligação nova, análise de faturas, atualização cadastral, comunicar vazamento, consultar pagamentos e acompanhar os registros de atendimento. Os mesmos serviços passaram a estar disponíveis em nosso aplicativo gratuito para *smartphones* Android. Para acessá-lo, basta o cliente realizar o *download* na Play Store e fazer um breve cadastro, informando CPF e matrícula. O aplicativo foi desenvolvido por nossa Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação e representa um salto para o futuro, em que o público necessita de soluções cada vez ágeis e sem sair de casa.

Mesmo com uma busca cada vez maior por atendimentos via canais digitais, mantemos essas unidades físicas em respeito aos clientes que não têm acesso à internet ou ainda não aderiram às novas tecnologias.

SERVIÇO	CATEGORIA	ECONOMIAS	CONSUMO (M³)
Água	Residencial	628.158	65.870.543
	Comercial	23.893	3.812.372
	Público	4343	2.354.546
	Industrial	465	4.205.574
Esgoto	Residencial	187.396	20.835.713
	Comercial	13.047	2.141.617
	Público	752	580.171
	Industrial	74	81.401

4.1.3. Fornecedores

A contratação de fornecedores de bens e prestadores de serviços é realizada por meio de processos licitatórios, atendendo ao Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, o qual especifica os procedimentos a serem adotados. O documento está alinhado à Lei das Estatais.

As licitações visam assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento. Para isso, são observados os princípios da juridicidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, economicidade, vinculação ao instrumento convocatório, obtenção de competitividade, do desenvolvimento nacional sustentável e julgamento objetivo. Entre os critérios, são analisados menor preço, maior desconto, melhor combinação de técnica e preço, melhor técnica, maior retorno econômico e melhor destinação de bens alienados, entre outros.

Para a habilitação nos processos licitatórios, são exigidos dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e recolhimento de quantia a

título de adiantamento – tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.

As licitações são processadas e julgadas por uma comissão permanente, sendo composta por, no mínimo, três membros titulares e um suplente – todos empregados capacitados.

Mantemos conduta íntegra no relacionamento institucional, observando as legislações vigentes quando da contratação de prestadores e fornecedores de serviços, por meio do devido processo licitatório, de forma transparente e pública, sempre atenta ao cumprimento regular e recíproco das cláusulas contratuais assumidas. O nosso Código de Conduta e Integridade (saiba mais no item Ética, Integridade e Transparência) contém um capítulo exclusivo para detalhar o nosso relacionamento com fornecedores prestadores de serviços.

Todos os acordos contratuais contemplam ainda cláusulas referentes à responsabilidade socioambiental, entre as quais: disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, quando aplicável; utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; avaliação de impactos de vizinhança; proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial; e acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Incentivamos a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento socioeconômico nos âmbitos municipal e regional. Nesse sentido, realizamos processo licitatório destinado exclusivamente à participação dessas empresas nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80 mil; e estabelecemos, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% do objeto para esse tipo de contratação. Nas demais licitações

também asseguramos, como critério de desempate, preferência pelas microempresas e empresas de pequeno porte.

DESPESA	FORNECEDORES	TOTAL TRANSACIONADO (R\$)
Produtos químicos	7	R\$ 37,4 milhões
Materiais	126	R\$ 10,8 milhões
Energia elétrica	5	R\$ 110,0 milhões
Serviços de terceiros	192	R\$ 182,1 milhões
Total	320	R\$ 340,3 milhões

5. SEGURANÇA HÍDRICA, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA

Nosso trabalho de captação é realizado a partir de 183 mananciais subterrâneos (poços profundos) e 51 mananciais superficiais (rios, lagos ou represas) – sendo o Rio São Francisco o de maior abrangência, com vários pontos de captação em sua trajetória no território sergipano, atendendo os nossos quatro maiores sistemas de adutoras: São Francisco, Alto Sertão, Sertaneja e Semiárido. Entre a captação e a disponibilidade para o consumo adequado e seguro, coordenamos um complexo processo de operação, que passa por estações de tratamento, reservatórios e rede de distribuição.

Em 234 sistemas de captação, nossas equipes operacionais controlam a dosagem de produtos químicos e acompanham os padrões de qualidade para assegurar os níveis recomendados de potabilidade. Nesse processo, o tratamento da água bruta cumpre etapas como: cloração, coagulação, floculação, desinfecção e fluoretação. A medida está diretamente ligada à redução das doenças de veiculação hídrica e dos índices de mortalidade infantil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sergipe tem o maior número percentual de domicílios com água encanada entre os nove estados da Região Nordeste. Os dados são resultados do primeiro volume da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019. De acordo com o levantamento, 93% dos domicílios do estado possuíam água canalizada em, pelo menos, um cômodo.

A água fornecida à população sergipana segue as exigências do Ministério da Saúde. Para isso, passa por análises em laboratório próprio e terceirizados, com certificações ISO/IEC 17025. Em 2022 foram coletadas 27.736 amostras e efetivados 77.208 ensaios analíticos em todo o território atendido, com relatórios de controle de qualidade emitidos para as Coordenadorias de Vigilância Sanitária.

Em nosso Laboratório Central é realizado o controle de qualidade das águas bruta, tratada e distribuída para a população, atendendo aos requisitos da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde – Anexo X. Esse controle dinâmico laboratorial tem como objetivo avaliar e instruir as decisões capazes de manter o processo produtivo em condições de obter regularmente a qualidade desejada do produto.

O controle e a vigilância da qualidade da água tratada também é realizado *in loco* pelas Coordenações Metropolitana/Regionais de Produção, que, a partir dos relatórios laboratoriais, providenciam ações corretivas e preventivas, buscando a manutenção do padrão hídrico. Esse Controle Dinâmico Operacional confere suporte para conhecer e ajustar o processo produtivo, se necessário.

5.1. Obras

Em 2022, foram investidos R\$ 103 milhões em segurança hídrica. Entre as obras concluídas destaca-se a conclusão da ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Integrado Piauitinga, que períodos críticos de estiagem apontava déficit hídrico de 100 l/s. Além disso, a água captada no Lago da Barragem Dionísio Machado apresentava teor elevado de salinidade, com necessidade de diluição nas águas provenientes da ETA Piauitinga. Cerca de R\$ 83 milhões foram investidos nessas melhorias, atendendo a cerca de 175 mil habitantes dos municípios de Lagarto, Salgado, Simão Dias e Riachão do Dantas, com um investimento total de R\$ 83,5 milhões. trazendo segurança hídrica à população desses municípios pelos próximos 30 anos;

Seguem ainda em fase de conclusão, com término previsto para 2023, as ampliações:

- Do Sistema Adutor Integrado do Agreste, que atende à demanda de 211.322 habitantes dos municípios de Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito,

Macambira e São Domingos. A implantação no Distrito Industrial de Itabaiana contribuirá para o desenvolvimento da cidade e possibilitará o atendimento de demandas reprimidas de água na área urbana, que responde por cerca de 70% dos volumes produzidos no Sistema Integrado da Aduora do Agreste. O único manancial com potencial para mais aproveitamento é o Jacarecica II, tendo as obras projetadas segundo critérios de menor custo de implantação e operação, atendendo aos requisitos técnicos de operação e manutenção e respeitando as exigências da legislação ambiental. A execução de obras complementares de melhoramentos operacionais e redução de perdas contribuirá para racionalização dos consumos e aumento do faturamento – investimento de aproximadamente R\$ 40 milhões no total.

- Do Sistema Integrado do Alto Sertão, que abrange os municípios de Frei Paulo, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis e São Miguel do Aleixo, inseridos na Região Semiárida do estado. Essas localidades apresentam reduzidas alternativas de fontes de suprimento de água, não só no aspecto quantitativo, mas também qualitativo. O quadro é agravado pela escassez de chuvas. Nessa região, adotamos como alternativa de suprimento o Rio São Francisco, cujas águas e distâncias dos demandantes viabilizam seu uso. Cerca de 160.989 habitantes serão beneficiados com a obra, à qual estão sendo destinados aproximadamente R\$ 65 milhões.
- Da Ampliação da Estação de Tratamento de Água do Semiárido, que atenderá aos municípios de Frei Paulo, Gararu, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Poço Redondo, Porto da Folha, São Miguel do Aleixo e Simão Dias, com investimento total de R\$ 15 milhões, com ampliação da capacidade de produção dos Sistemas Semiárido e Alto Sertão, com aumento de 280 l/s para 680 l/s.

- Da Implantação do Tramo da Adutora do Alto Sertão, denominado Torre T2/Simão Dias, que levará água do Rio São Francisco até a cidade de Simão Dias, possibilitado o abastecimento da cidade de Simão Dias, aliviando o Sistema Integrado do Piauitinga. Os investimentos são de R\$ 80 milhões e beneficiarão, além de Simão Dias, os municípios de Frei Paulo, Pedra Mole e Pinhão.

5.2. Controle de perdas

Empreendido desde 2013, o nosso Programa de Gestão de Perdas de Água abrange a setorização dos sistemas de distribuição por meio de Distritos de Medição e Controle (DMCs), a instalação de equipamentos como medidores de vazão e válvulas redutoras de pressão (VRPs), a pesquisa e o reparo de vazamentos de redes, substituição de hidrômetros e fiscalização de ligações clandestinas.

Definimos as áreas de abrangência dos DMCs a partir de parâmetros como número de ligações de água, requisitos de pressão mínima e máxima, nível atual de vazamentos, limites do sistema de abastecimento, como áreas de bombeamento e áreas de válvulas redutoras de pressão, ou limites definidos com base em estudos que identificam locais estratégicos para implantação de medidores de vazão.

Os efeitos positivos do gerenciamento das pressões são reais para diminuir as perdas de água por meio da redução de pressões. A medição de vazão em redes de distribuição é outro fator importante no controle de perdas de água, pois sua correta utilização tem influência direta nos índices de perdas, os quais indicam as áreas com os níveis mais elevados de vazamentos.

Por meio da telemetria acompanhamos os dados de pressão e vazão, níveis de reservatórios, parâmetros de qualidade da água, entre outros, possibilitando um efetivo gerenciamento dos DMCs. Dessa forma, são identificadas com brevidade as

alterações nas vazões e pressões, falha de equipamentos, baixo nível ou extravasamentos de reservatórios.

Em locais onde há pressões excessivas, instalamos estruturas redutoras de pressão. Essas estruturas são geralmente compostas pela válvula redutora de pressão (VRP), válvulas de manobras e/ou controladores de válvula. A instalação de VRPs possibilita manter uma pressão adequada nas redes e minimizar a ocorrência de vazamentos.

Para avaliação de perdas de água dos nossos sistemas de abastecimento, identificamos os volumes de água perdidos, com o objetivo de fornecer dados e informações que possibilitem melhorar a gestão de perdas, sendo o balanço hídrico, padronizado pela IWA, o método utilizado para a avaliação das perdas de água. O cálculo é realizado com o volume de água que entra num determinado sistema, o qual é dividido em dois grupos: consumos autorizados e perdas de água. Os consumos autorizados faturados são responsáveis pela composição das águas faturadas no sistema. Os consumos autorizados, porém não faturados (usos operacionais, bombeiro, e etc.), em conjunto com as perdas reais (provenientes dos vazamentos) e perdas aparentes (provenientes de problemas na micromedição e irregularidades nas ligações), compõe as parcelas responsáveis pelas águas não faturadas no sistema.

Em linha com os nossos movimentos para uma transformação digital nas operações, desenvolvemos internamente um equipamento para monitoramento dos níveis de reservatórios e da vazão e pressão de redes de água em todo o Estado – em tempo real e de forma *on-line* –, a partir de qualquer dispositivo com acesso à internet, como computadores, *tablets* e *smartphones*.

5.3. Segurança de barragens

Somos empreendedores do maior empreendimento estadual de reserva de água e regularização de vazão, a Barragem Jaime Umbelino de Souza (Barragem do Poxim), integrante do Sistema Produtor do Poxim, responsável por aproximadamente 30% do abastecimento de água da Grande Aracaju. A estrutura é composta por um maciço principal e quatro diques de terra para fechamento de selas topográficas na ombreira esquerda e na margem esquerda do reservatório. A crista da barragem possui oito metros de largura. A altura máxima é de 25 metros e o comprimento total é de 1.025 metros.

Para a condução de ações de segurança, mantemos contrato de prestação de serviços com consultoria em geotecnia, referente ao acompanhamento de nível, medição da instrumentação e análise de fluxo e estabilidade, assim como e de serviços de conservação e manutenção das estruturas do corpo e diques. De acordo com o marco legal de segurança de barragens, enviamos ao órgão gestor de recursos hídricos os relatórios de inspeções semestrais e a declaração do estado geral da barragem, com avaliação de diversos itens de segurança, inclusive estabilidade.

Em 2022 concluímos a elaboração do Plano de Segurança da Barragem do Poxim, acompanhado do Plano de Ação Emergência (PAE), que é um instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens, estabelecida pela Lei 12.334/2010.

6. TRATAMENTO DE EFLUENTES, RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Assim como precisa ser tratada para ser consumida, a água já utilizada tem de passar por novo tratamento antes de retornar à natureza. Caso contrário, o esgoto chegaria às drenagens de águas da chuva e vias públicas, poluindo o meio ambiente.

As águas servidas saem dos imóveis diretamente para uma caixa receptora de inspeção, enterrada na calçada. Posteriormente, são coletadas por nossa rede e seguem rumo a uma a estação de tratamento de esgotos.

Como parte do Sistema de Esgotamento Sanitário, o tratamento de efluentes é a fase final do serviço prestado, que tem como finalidade remover as impurezas e devolvê-los ao meio ambiente sem provocar impactos negativos.

Entre as etapas de tratamento de esgoto, destacam-se:

Gradeamento: A primeira etapa do procedimento é a retenção de materiais mais grosseiros, como o lixo, em um filtro formado por grades. Essa primeira filtragem ajuda a deixar o líquido livre dos resíduos sólidos que foram descartados incorretamente na rede de esgoto.

Desarenação: Em seguida, o esgoto segue para a caixa de areia, onde é realizada a remoção de todos os detritos sólidos presentes nele e que possam ter escapado ao processo anterior, mediante sedimentação.

Tratamento biológico: Já sem sólidos visíveis, o esgoto é enviado para o tratamento biológico. Lá, ele é exposto à ação de seres microscópicos, que promovem reações bioquímicas e condensam em flocos de lodo a matéria orgânica que até então estava dissolvida no efluente.

Decantação: Depois do tratamento biológico, o líquido é submetido a um processo de decantação. O lodo formado vai para o fundo do tanque, separando-se da parte líquida, que já está livre de impurezas.

Descarte: O lodo produzido no processo é desidratado e levado para um aterro sanitário especializado. O esgoto clarificado e corretamente tratado é devolvido para o meio ambiente.

Os padrões mínimos exigidos para lançamento dos esgotos tratados são estabelecidos nas condicionantes das licenças ambientais de operação de cada sistema, emitidas pelo órgão ambiental competente. Em geral, são admitidas pelos órgãos ambientais as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 430/2011, sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes; nº 357/2005, sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento; e nº 396/2008, sobre diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas; além de Legislações Municipais e Estadual.

Realizamos automonitoramento para controle e acompanhamento periódico dos efluentes lançados nos corpos receptores e enviamos relatórios trimestrais para os órgãos ambientais competentes. Nas estações de tratamento de esgotos são realizadas análises diárias de temperatura, pH, sólidos sedimentáveis e medição de vazão. Já a equipe do nosso Laboratório Central coleta e analisa mensalmente os esgotos bruto e tratado de todas as unidades, considerando Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), nitrogênio amoniacal, sulfetos, óleos e graxas, coliformes termotolerantes, pH, sólidos sedimentáveis, entre outros parâmetros.

Todos os ensaios são realizados conforme recomendações do Standart Methods For Examination of the Water an Wastewater, em sua última edição, da American Public Heallth Association (APHA), da American Water Work Association (AWWA) e da

Water Pollution Control Federation (WPCF) ou ainda por métodos analíticos alternativos propostos por entidades nacionais e internacionais. Entre elas estão a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), a Environmental Protection Agency (EPA) e a ISO, observando sempre os limites de detecção das substâncias, mencionados nos documentos de referência.

Estão em operação 13 estações de tratamento de esgotos em todo Estado de Sergipe, com variadas tecnologias de tratamento, como Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente (DAFA) + Lodos Ativados, DAFA + Lagoas Facultativas, Lagoas de Estabilização e Valas de Oxidação. Em 2022, os sistemas de esgotamento sanitário removeram mais de 95.000 toneladas de matéria orgânica, com tratamento superior a 24 milhões de m³ de esgotos domésticos.

6.1. Obras

Atualmente, a cobertura de esgotamento sanitário em nossa área de atuação é de 49%, percentual que buscamos ampliar rumo à universalização com obras de inclusão. Em 2022, destacamos a conclusão do Sistema de Esgotamento Sanitário do Jabotiana, que contempla mais de 30 mil moradores das localidades do Bairro Jabotiana e Conjuntos J.K., Sol Nascente e Santa Lúcia, com um investimento total de R\$ 80 milhões, contribuindo significativamente para a despoluição dos rios Sergipe e Poxim. Em 2023, planejamos entregar ainda:

- As obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Lagarto, terceiro município mais populoso do estado. Com a ampliação da infraestrutura sanitária, os 85.000 habitantes da região passarão a ter acesso à coleta e tratamento de esgoto. O empreendimento, com investimento previsto de R\$ 61 milhões, ganha importância na medida em que compreende obras dedicadas à preservação do Rio Piauí, importante ponto de manancial na região sul do Estado de Sergipe.

- A ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário da Zona Norte, através das obras de recolhimento dos despejos domésticos da população residente nos bairros 18 do Forte, Bugio, Jardim Centenário, Santos Dumont, Olaria, Conjunto Agamenon Magalhães, Soledade e Cidade Nova, visando a garantia de mais saúde e de qualidade de vida, contribuindo significativamente para a despoluição dos rios Sergipe e Poxim, com um investimento total de R\$ 150 milhões e beneficiando mais de 50 mil habitantes.

7. GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Somos comprometidos com o desenvolvimento de ações que visam promover benefícios ao meio ambiente e à população sergipana.

7.1. Biodiversidade

Realizamos avaliação prévia das consequências de nossas atividades para o meio ambiente e desenvolvemos processos para reduzir impactos negativos, sobretudo aqueles decorrentes de tratamento de água e esgotamento sanitário. Todos os nossos projetos de engenharia estão em conformidade com as exigências ambientais, sendo submetidas aos órgãos competentes as solicitações de licenças prévias, de instalação e de operação, para exploração de mananciais; bem como são desenvolvidas diversas ações preventivas para adequação das operações aos requisitos ambientais exigidos, como conservação, proteção e fiscalização das bacias hidrográficas, preservação e revitalização de mananciais de superfície e subterrâneos, acompanhamento contínuo do desempenho dos sistemas de água e esgoto e controle de qualidade dos produtos químicos utilizados nos sistemas de tratamento.

Somos membros titulares dos Conselhos Deliberativos de sete Unidades de Conservação Ambiental, sendo cinco estaduais (Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Capela; Parque Estadual do Marituba, em Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas; Área de Relevante Interesse Ecológico Mata do Cipó, em Siriri; Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul, que abrange Itaporanga, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba; e Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, em Aracaju, último fragmento de mata atlântica na capital) e três federais: Monumento Natural do São Francisco, em Canindé do São Francisco; Floresta Nacional do Ibura, em Nossa Senhora do Socorro; e Parque Nacional Serra de Itabaiana, em Areia Branca. Essas unidades representam o patrimônio ambiental do estado, com vegetação nativa, espécies ameaçadas de extinção, espécies endêmicas (Macaco-

Guigó), belezas naturais e recursos hídricos fundamentais para o abastecimento humano, pesquisa científica e educação ambiental.

7.2. Gestão de recursos hídricos

Utilizamos recursos hídricos de mananciais superficiais e subterrâneos, diversificando as estruturas de captação de água de acordo com as características locais. Operamos 234 sistemas de captação de água, sendo 51 superficiais e 183 subterrâneos.

Em 2022, totalizamos a captação de aproximadamente 187 milhões de m³ em todo o Estado. Desse total, os sistemas superficiais foram responsáveis pela captação de 175 milhões de m³, sendo utilizados 28 mananciais, entre rios e reservatórios de acumulação por barragem. A captação de águas subterrâneas somou 13 milhões de m³.

Os sistemas operam de acordo com o previsto em suas outorgas de uso dos recursos hídricos emitidas pelo órgão gestor estadual de recursos hídricos, quando se trata de mananciais estaduais, e pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), quando inseridos em mananciais federais.

O Estado de Sergipe apresenta cerca de 50% de sua superfície compreendida no conhecido Polígono das Secas nordestino, que se caracteriza pela irregularidade das chuvas e por baixas alturas precipitadas durante o ano, com elevada concentração em poucos meses. Desta forma predomina o balanço hídrico negativo, com precipitações médias anuais da ordem de 500 a 800 mm e taxas de evaporação muitas vezes superiores a 2000 mm. O comportamento das chuvas na região, mais especificamente nas Mesorregiões do Sertão e do Agreste, e a reduzida capacidade da maioria dos solos locais de armazenar água, aumentam a dependência humana com relação à ocorrência de chuvas, exigindo a adoção de medidas como transposição de água do rio São Francisco através de sistemas adutores integrados

na Mesorregião do Sertão, além da construção de reservatórios artificiais, quando há fatores que impedem a presença de rios de caráter perene – excetuando-se o rio São Francisco. Assim, a vulnerabilidade das populações que habitam essas regiões decorre da instabilidade climática, que atinge patamares críticos nos períodos de seca, que ocorrem em média a cada cinco anos.

Para abastecimento de água da Região Metropolitana de Aracaju, localizada na mesorregião Leste, também é necessária a transposição de água do Rio São Francisco, tendo em vista que os mananciais da Ibura (subterrâneo), Poxim (superfície) e Pitanga (superfície) não têm potencial hídrico suficiente para atendimento satisfatório das demandas crescentes da população.

Em geral, os impactos ambientais nas Bacias Hidrográficas sergipanas apresentam similitudes. Entretanto, as particularidades locais em termos de sujeitos e dinâmica dos conflitos fazem com que a intensidade dos impactos ambientais apresente distinções. Os usos múltiplos da água no conjunto das Bacias Hidrográficas do Estado fazem desta um insumo escasso e limitado. Dentre as principais categorias de uso das águas é possível destacar: Infraestrutura Social, Agricultura e Aquicultura, Industrial, Geração de Energia Hidrelétrica e Proteção Ambiental.

Atualmente, estima-se que Sergipe tenha uma demanda aproximada de 505,3 milhões de m³/ano. Dela, 269,1 milhões de m³/ano estão localizados na Bacia do Rio São Francisco – o que significa mais da metade. Nessa bacia se encontram as mais importantes áreas irrigadas do Estado. Descontadas as demandas da Bacia do Rio São Francisco, o restante de Sergipe contabiliza uma demanda de 236,2 milhões de m³/ano (7.489 l/s). A Bacia do Rio Sergipe tem uma demanda de 108,0 milhões de m³/ano (3.424 l/s) – a segunda maior por bacia. As demais bacias apresentam as seguintes demandas, em milhões de m³/ano: Vaza-Barris com 40,2 (1.276 l/s); Piauí com 40,0 (1.267 l/s); Japarutuba com 30,5 (967 l/s); Real com 16,1 (509 l/s) e, por fim, os GC 1 e 2 com 0,8 (24 l/s) e 0,6 (21 l/s). O resultado do balanço hídrico global do Estado indica um saldo de 20 bilhões de m³/ano. No

entanto, quando se desconta a Bacia do Rio São Francisco, o superavit é de apenas 16,8 milhões de m³/ano, ou seja, algo como 0,5 m³/s.

Em nosso Estado, a Gestão dos Recursos Hídricos é regida pela Lei Estadual nº 3.870/1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, alterada pela Lei Estadual nº 4.600/2002, criando o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nas Bacias Hidrográficas compartilhadas com outros Estados, a Gestão é regida pela lei Federal nº 9.433/1997. Participamos ativamente da gestão dos recursos hídricos no estado por meio de colaboradores que, por indicação da nossa Diretoria, integram o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Fórum Sergipano de Comitê de Bacias e comitês de bacia hidrográfica (três estaduais, CBH do Rio Sergipe, CBH do Rio Japaratuba e CBH do Rio Piauí; e um federal, CBH do Rio São Francisco).

7.3. Eficiência energética

Em 2022 avançamos no aumento da eficiência energética das nossas estações elevatórias de água e esgoto, com a implantação de *soft-starts* em substituição às tradicionais ligações estrela-triângulo, visando possibilitar a partida e a parada suave dos conjuntos motor-bomba, bem como promover a proteção do sistema, garantindo que o motor tenha a melhor *performance* possível. Implantamos ainda diversos inversores de frequência, permitindo o controle da velocidade do motor, além da frenagem, frequência máxima/mínima e o monitoramento de corrente elétrica.

7.4. Licenças ambientais

Para a realização e o desenvolvimento das atividades como implantação e operação de empreendimentos de saneamento ambiental, que inclui Estações de Tratamento de Água (ETA), Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), laboratórios de análise, Estações Elevatórias, entre outras, são necessárias licenças ambientais.

Seguimos comprometidos com a redução e mitigação dos passivos ambientais advindos das obras e atividades em implantação, bem como as futuras, por meio do cumprimento das condicionantes estabelecidas pela Adema, o que configura mais um compromisso com o meio ambiente, conforme previsto em nosso Plano de Gestão Ambiental.

7.5. Destinação de resíduos

Os cuidados ambientais e a preservação são indiscutíveis para garantir uma saudável condição de vida local e um meio ecologicamente equilibrado para as atuais e futuras gerações. Assim, damos ênfase à Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a outros dispositivos na criação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). Seu propósito é adequar o manejo dos resíduos sólidos gerados por nossas atividades, como materiais da construção civil, resultantes das ETAs e ETEs e comuns. Todas as nossas unidades estão sendo diagnosticadas quanto ao gerenciamento dos resíduos, de forma a elaborarmos uma estratégia mais assertiva a respeito do tema.

7.6. Relacionamento com o entorno

Temos como estratégia buscar a participação da comunidade, sensibilizando-a sobre a importância da coleta e tratamento de esgoto para a saúde individual e coletiva e do uso racional da água para combater o desperdício, além de disseminarmos informações referentes à preservação ambiental e conservação dos recursos hídricos. Esse propósito é materializado por diversos projetos permanentes e temporários, estruturados no âmbito de um amplo programa de Educação Ambiental.

As iniciativas incluem atividades para despertar a sensibilidade de professores a respeito das questões ambientais por meio de palestras, seminários e outros eventos (Deso vai à Escola); visitas técnicas monitoradas e supervisionadas a Estações de Tratamento de Água e Estações de Tratamento de Esgotos (A Escola

Vem à Deso); Saneamento Expresso, com ações de educação ambiental praticadas através de Unidade Móvel com maquetes didáticas que se desloca até a comunidade levando informações relativas ao Saneamento e Meio Ambiente; além e ações de educação ambiental em reuniões comunitárias e eventos socioambientais especiais (Deso e a Comunidade). Em 2022 foram realizadas 20 ações no âmbito dos quatro projetos, atendendo mais de 7 mil pessoas.

Desde 2002 conduzimos o Deso Vida, programa de apoio às instituições assistenciais sem fins lucrativos. As entidades inscritas têm direito à redução de 50% no valor fixado para a tarifa comercial fixada em nosso quadro tarifário e parcelamento de dívida existente com redução em até 50% do total do débito. Entre os beneficiados estão a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), o Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição (Same), o Lar Infantil Cristo Redentor e a Associação dos Amigos dos Autistas.

Também oferecemos a Tarifa Social a clientes de baixa renda com imóveis cadastrado na categoria residencial social. O benefício consiste em desconto nas tarifas de água e esgoto de acordo com o consumo, limitado a 20 m³, por um prazo de 24 meses, podendo ser renovado.

O nosso Programa Jovem Aprendiz, baseado na Lei da Aprendizagem, tem como objetivo a formação de jovens para o desenvolvimento de habilidades profissionais e de noções de cidadania. A iniciativa é implementada em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e cerca de 40 jovens estão em nosso time nessa categoria, com carga horária de trabalho de quatro horas diárias, de segunda a quinta. A sexta-feira é dedicada à parte teórica, que inclui aulas de ética, comportamento, sociologia e procedimentos básicos.

Estudantes de graduação em como Engenharia (Civil, Elétrica, Ambiental e Sanitarista, Química), Administração, Secretariado, Enfermagem, Serviço Social, Direito, Contabilidade, entre outras formações também integram o nosso time. A

porta de entrada é o nosso Programa de Estágio, resultado de uma parceria que estabelecemos com o Instituto Euvaldo Lodi, criado em 1969 com o objetivo de promover a interação entre a Indústria e a Universidade. Apesar de, por sermos uma empresa pública, não podermos contratar os estagiários após o período do contrato, ajudamos a ensinar as competências fundamentais para o futuro profissional dos estudantes, o que permite trocas de experiência e promove a ampliação de conhecimentos teóricos, bem como e a reflexão sobre sua relação com a prática. saúde.

8. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2022 a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 44,9 milhões, ante os R\$ 40,3 milhões registrados em 2021, um acréscimo de 7%, refletindo em uma margem líquida de 6,17%. O aumento no lucro líquido ocorreu devido ao reconhecimento pelo STF da imunidade recíproca sobre impostos federais incidentes sobre patrimônio, renda e serviços da DESO. A imunidade tributária recíproca está prevista na Constituição Federal.

A nossa receita operacional líquida em 2022 foi de R\$ 727 milhões, 11% superior na comparação com o ano anterior, com um aumento de 13,5% na receita de água e de 19% na receita de esgoto, mas com uma redução de 12% na receita com outros serviços. A taxa de arrecadação no período foi 2,33 pontos percentuais acima do registrado em 2021 (106,92%), alcançando 109,25%. Esse movimento reflete a recuperação de débitos de anos anteriores com o Governo do Estado.

Os custos com produção e distribuição de água e coleta/tratamento de esgoto foram de R\$ 513.951.698, um aumento de 14% com relação ao exercício anterior. Apesar desse aumento, as despesas com energia elétrica foram acrescidas em somente 2,8%, reflexo do processo de migração de energia elétrica do ambiente de contratação regulada (ACR) para o ambiente de contratação livre (ACL), com a contratação de energia por meio de contratos de fornecimento entre o consumidor cativo e a concessionária em que se encontra conectado. Além da livre negociação, o ACL apresenta vantagens como ausência de bandeiras tarifárias e desconto na tarifa do uso do sistema de distribuição (TUSD) ao utilizar energias alternativas (incentivadas). Já as despesas operacionais, ou seja, despesas comerciais, administrativas e fiscais, passaram de R\$ 145.708.332 em 2021 para R\$ 158.876.704 em 2022, ou seja, um aumento de 14%.

O EBITDA foi de R\$ 100,9 milhões – valor 1,84% inferior na comparação com o computado em 2021, com uma margem EBITDA de 13,84%. Já as nossas

atividades operações geraram um caixa de R\$ 97,6 milhões em 2022, resultando em um fluxo de caixa livre positivo de R\$ 5,2 milhões no mesmo período, contra R\$ 4,5 milhões negativos em 2019.

Por fim, valor investido em 2022 foi de R\$ 158.351.998, sendo R\$ 102.566.075 em sistemas de abastecimento de água, R\$ 53.047.297 em sistemas de esgotamento sanitário e R\$ 2.738.625 em equipamentos e bens administrativos.

DRE	2022	2021
Receita Operacional Líquida	R\$ 727.364.668,00	R\$ 655.265.207,00
Custo dos Serviços	-R\$ 513.951.698,00	-R\$ 451.294.192,00
Lucro Bruto	R\$ 213.412.970,00	R\$ 203.971.015,00
Despesas Operacionais	-R\$ 158.876.704,00	-R\$ 145.708.332,00
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	R\$ 54.536.265,00	R\$ 58.262.683,00
Receitas/Despesas Financeiras	-R\$ 4.790.057,00	-R\$ 5.354.816,00
Lucro antes dos Impostos e Contribuições	R\$ 49.746.208,00	R\$ 52.907.867,00
Contribuição Social	-R\$ 4.843.203,00	-R\$ 12.569.500,00
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 44.903.005,00	R\$ 40.338.367,00

Luciano Gois Paul

Diretor-Presidente

Ricardo Pereira Simões Dos Reis

Diretor de Gestão Corporativa

José Gabriel Almeida De Campos

Diretor de Meio Ambiente e Expansão

Carlos Anderson Silveira Pedreira

Diretor de Operação e Manutenção

João Quintiliano da Fonseca Neto

Diretor Comercial e Financeiro

ANEXO A

DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS – INFORMAÇÕES

DESCRIÇÃO		UNID	VALOR
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	Receitas Operacionais	Total (direta + Indireta)	R\$/ano 795.548.463,45
		Total	R\$/ano 721.042.885,42
		Água	R\$/ano 583.315.483,23
		Esgoto	R\$/ano 137.727.402,19
		Água Exportada	R\$/ano 0,00
		Esgoto bruto importado	R\$/ano 0,00
		Indireta	R\$/ano 74.505.578,03
		Arrecadação Total	R\$/ano 794.652.268,36
		Crédito De Contas a Receber	R\$/ano 3.699.476,26
	Despesas Totais Com Os Serviços (DTS)	Total (DTS)	R\$/ano 758.427.672,87
		Total (DEX)	R\$/ano 683.586.983,80
		Pessoal próprio	R\$/ano 282.657.405,52
		Produtos químicos	R\$/ano 40.233.151,32
		Energia elétrica	R\$/ano 109.743.227,21
		Serviços de terceiros	R\$/ano 175.187.000,58
		Água importada (bruta ou tratada)	R\$/ano 1.520.563,84
		Esgoto bruto exportado	R\$/ano 0,00
		Fiscais ou tributárias computadas na DEX	R\$/ano 43.251.223,41
		Outras despesas de exploração	R\$/ano 30.994.411,92
	Serviço Da Dívida - Parcela 1 De 2	Juros e encargos	R\$/ano 7.019.923,59
		Variação cambial	R\$/ano 0,00
		Total	R\$/ano 7.019.923,59

DESCRIÇÃO			UNID	VALOR
		Depreciação, amortização e provisão	R\$/ano	54.165.273,98
		Fiscais ou tributárias não incidentes na DEX	R\$/ano	4.843.203,05
		Outras despesas	R\$/ano	8.812.288,45
	Serviço da dívida - Parcela 2 de 2 - Amortização		R\$/ano	34.976.392,00
	Totais Serviço Da Dívida		R\$/ano	41.996.315,59
	Investimentos Contratados Pelo Prestador De Serviços	Segundo o Destino	Despesas Capitalizáveis	R\$/ano 1.379.956,17
			Abastecimento De Água	R\$/ano 102.566.075,10
			Esgotamento Sanitário	R\$/ano 53.047.297,71
			Outros	R\$/ano 2.738.625,44
		Segundo a Origem	Próprios	R\$/ano 33.864.459,15
			Onerosos	R\$/ano 60.191.218,49
			Não Onerosos	R\$/ano 65.676.276,74
		Total		R\$/ano 159.731.954,38
	Investimentos Contratados Pela Prefeitura Municipal	Segundo o Destino	Despesas Capitalizáveis	R\$/ano 0,00
			Abastecimento De Água	R\$/ano 0,00
			Esgotamento Sanitário	R\$/ano 0,00
			Outros	R\$/ano 0,00
		Segundo a Origem	Próprios	R\$/ano 0,00
			Onerosos	R\$/ano 0,00
			Não Onerosos	R\$/ano 0,00
		Total		R\$/ano 0,00
	Investimentos Contratados Pelo Governo Do Estado	Segundo o Destino	Despesas Capitalizáveis	R\$/ano 0,00
			Abastecimento De Água	R\$/ano 0,00
			Esgotamento Sanitário	R\$/ano 0,00
			Outros	R\$/ano 0,00
		Segundo a Origem	Próprios	R\$/ano 0,00
			Onerosos	R\$/ano 0,00
			Não Onerosos	R\$/ano 0,00
		Total		R\$/ano 0,00
INFORMAÇÕES OPERACIONAIS – ÁGUA	População Atendida	População Total Atendida Com Abastecimento De Água	habitante	2.065.029,00
		População Urbana Atendida Com Abastecimento De Água	habitante	1.611.198,00

DESCRIÇÃO		UNID	VALOR
	Quantidades De Ligações	Total (ativas + Inativas)	ligação 754.460,00
		Ativas	ligação 621.614,00
		Ativas Micromedidas	ligação 619.001,00
	Quantidades De Economias Ativas	Total (ativas)	economia 656.859,00
		Micromedidas	economia 654.063,00
		Residenciais	economia 628.158,00
		Residencias Micromedidas	economia 625.690,00
	Volumes De Água	Produzido	1.000 m³/ano 187.515,00
		Macromedido	1.000 m³/ano 109.346,97
		De Serviço	1.000 m³/ano 9.187,88
		Tratada Importado	1.000 m³/ano 0,00
		Bruta Exportado	1.000 m³/ano 3.757,47
		Tratada Exportado	1.000 m³/ano 0,00
		Tratado Em Eta(S)	1.000 m³/ano 175.811,60
		Tratada Por Simples Desinfecção	1.000 m³/ano 11.703,40
		Fluoretada	1.000 m³/ano 187.515,00
		Micromedido	1.000 m³/ano 75.942,80
		Consumido	1.000 m³/ano 79.788,81
		Faturado	1.000 m³/ano 95.504,82
		Micromedido Nas Economias Residenciais Ativas	1.000 m³/ano 64.835,20
		Extensão Da Rede	km 8.949,80
		Consumo Total De Energia Elétrica	1.000 kWh/ano 231.216,15
INFORMAÇÕES OPERACIONAIS – ESGOTO	População Atendida	População Total Atendida Com Esgotamento Sanitário	habitante 649.689,00
		População Urbana Atendida Com Esgotamento Sanitário	habitante 649.689,00
	Quantidades De Ligações	Total (ativas + Inativas)	ligação 175.806,00
		Ativas	ligação 175.806,00
	Quantidade De Economias Ativas	Total (ativas)	economia 201.269,00
		Residenciais	economia 187.396,00
	Volumes De Esgoto	Coletado	1.000 m³/ 23.638,92

DESCRIÇÃO		UNID	VALOR
		ano	
	Tratado	1.000 m³/ano	23.638,92
	Bruto Exportado	1.000 kWh/ano	0,00
	Bruto Exportado Tratado Nas Instalações Do Importador	1.000 kWh/ano	0,00
	Bruto Importado	1.000 m³/ano	0,00
	Bruto Importado Tratado Nas Instalações Do Importador	1.000 m³/ano	0,00
	Faturado	1.000 m³/ano	29.330,46
Extensão Da Rede De Esgoto		km	866,19
Consumo Total De Energia Elétrica		1.000 kWh/ano	6.415,03
INFORMAÇÕES SOBRE QUALIDADE	Amostras Para Análise Cloro Residual	Obrigatórias	amostra/ano 17.532,00
		Analisadas	amostra/ano 25.736,00
		Resultados Fora Do Padrão	amostra/ano 2.615,00
	Amostras Para Análise Turbidez	Obrigatórias	amostra/ano 17.532,00
		Analisadas	amostra/ano 25.736,00
		Resultados Fora Do Padrão	amostra/ano 6.371,00
	Amostras Para Análise Coliformes Totais	Obrigatórias	amostra/ano 17.532,00
		Analisadas	amostra/ano 25.736,00
		Resultados Fora Do Padrão	amostra/ano 1.561,00
INFORMAÇÕES SOBRE O BALANÇO CONTÁBIL	Ativo Circulante		1.000 R\$/ano 204.929,15
	Ativo Total		1.000 R\$/ano 2.237.751,71
	Exigível a Longo Prazo		1.000 R\$/ano 2.032.822,55
	Lucro Líquido Com Depreciação		1.000 R\$/ano 44.903,01
	Passivo Circulante		1.000 R\$/ano 115.720,10
	Patrimônio Líquido		1.000 R\$/ano 1.865.226,38

DESCRIÇÃO		UNID	VALOR
	Receita Operacional	1.000 R\$/ano	727.364,67
	Resultado De Exercícios Futuros	1.000 R\$/ano	0,00
	Resultado Operacional Com Depreciação	1.000 R\$/ano	54.536,27
	Realizável a Longo Prazo	1.000 R\$/ano	256.805,23
	Lucro Líquido Sem Depreciação	1.000 R\$/ano	91.272,84
	Resultado Operacional Sem Depreciação	1.000 R\$/ano	100.906,10

ANEXO B

DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS – INDICADORES

INDICADOR		UNID	VALOR
INDICADORES ECONÔMICO- FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS	Despesa total com os serviços por m3 faturado	R\$/m³	6,08
	Despesa de exploração por m3 faturado	R\$/m³	5,48
	Despesa de exploração por economia	R\$/ano/econ.	796,6
	Tarifa média praticada	R\$/m³	5,78
	Tarifa média de água	R\$/m³	6,36
	Tarifa média de esgoto	R\$/m³	4,7
	Indicador de desempenho financeiro	percentual	95,07
	Índice de evasão de receitas	percentual	0,11
	Incidência da despesa de pessoal e de serviço de terceiros nas despesas totais com os serviços	percentual	60,37
	Despesa média anual por empregado	R\$/empreg.	176220,33
	Margem da despesa de exploração	percentual	94,81
	Margem da despesa com pessoal próprio	percentual	39,2
	Margem da despesa com pessoal próprio total (equivalente)	percentual	63,5
	Margem do serviço da dívida	percentual	5,82
	Margem das outras despesas de exploração	percentual	4,3
	Participação da despesa com pessoal próprio nas despesas de exploração	percentual	41,35
	Participação da despesa com pessoal total (equivalente) nas despesas de exploração	percentual	66,98
	Participação da despesa com energia elétrica nas despesas de exploração	percentual	16,05
	Participação da despesa com produtos químicos nas despesas de exploração	percentual	5,89
	Participação das outras despesas na despesa de exploração	percentual	4,53

INDICADOR		UNID	VALOR
	Participação da receita operacional direta de água na receita operacional total	percentual	73,32
	Participação da receita operacional direta de esgoto na receita operacional total	percentual	17,31
	Participação da receita operacional indireta na receita operacional total	percentual	9,37
	Dias de faturamento comprometidos com contas a receber	dias	1,67
	Quantidade equivalente de pessoal total	empregados	2015,07
	Índice de produtividade: economias ativas por pessoal total (equivalente)	econ./empreg. eqv.	425,86
	Índice de produtividade de pessoal total (equivalente)	ligações/ empreg.	395,73
	Índice de produtividade: empregados próprios por 1.000 ligações de água + esgoto	empreg./mil lig.	2,01
	Índice de produtividade: economias ativas por pessoal próprio	econ./empreg.	534,99
	Índice de produtividade: empregados próprios por 1.000 ligações de água	empreg./mil lig.	2,01
	Índice de suficiência de caixa	percentual	108,79
	Índice de despesas por consumo de energia elétrica nos sistemas de água e esgotos	R\$/ kWh	0,46
INDICADORES OPERACIONAIS - ÁGUA	Índice de atendimento total de água	percentual	93,17
	Índice de atendimento urbano de água	percentual	98,2
	Densidade de economias de água por ligação	econ./lig.	1,06
	Participação das economias residenciais de água no total das economias de água	percentual	95,63
	Índice de macromedicação	percentual	58,31
	Índice de hidromedicação	percentual	99,58
	Índice de micromedicação relativo ao volume disponibilizado	percentual	42,59
	Índice de micromedicação relativo ao consumo	percentual	95,18
	Índice de fluoretação de água	percentual	100
	Índice de consumo de água	percentual	44,74

	INDICADOR	UNID	VALOR
	Volume de água disponibilizado por economia	m³/mês/econ	23,79
	Consumo médio de água por economia	m³/mês/econ	10,12
	Consumo micromedido por economia	m³/mês/econ	9,68
	Consumo de água faturado por economia	m³/mês/econ	12,12
	Consumo médio per Capita de água	l/hab.dia	105,86
	Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água	kWh/m3	1,23
	Extensão da rede de água por ligação	m/lig.	14,4
	Índice de faturamento de água	percentual	53,56
	Índice de perdas faturamento	percentual	46,44
	Índice de perdas na distribuição	percentual	55,26
	Índice bruto de perdas lineares	m³/dia/km	92,54
	Índice de perdas por ligação	l/dia/lig.	434,3
INDICADORES OPERACIONAIS - ESGOTO	Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água	percentual	29,31
	Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água	percentual	29,31
	Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com esgoto	percentual	56,08
	Índice de coleta de esgoto	percentual	29,63
	Índice de tratamento de esgoto	percentual	100
	Índice de esgoto tratado referido à água consumida	percentual	29,63
	Extensão da rede de esgoto por ligação	m/lig.	4,93
	Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de esgotamento sanitário	kWh/m³	0,27
INDICADORES SOBRE QUALIDADE	Índice de conformidade da quantidade de amostra - Cloro Residual	percentual	146,79
	Incidência das análises de cloro residual fora do padrão	percentual	10,16
	Índice de conformidade da quantidade de amostra - Turbidez	percentual	146,79
	Incidência das análises de turbidez fora do padrão	percentual	24,76

INDICADOR		UNID	VALOR
	Índice de conformidade da quantidade de amostra - Coliformes Totais	percentual	146,79
	Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão	percentual	6,07
INDICADORES DE BALANÇO CONTÁBIL	Liquidez corrente	-	1,77
	Liquidez geral	-	0,21
	Grau de endividamento	-	0,96
	Margem operacional com depreciação	percentual	7,5
	Margem operacional sem depreciação	percentual	13,87
	Margem líquida com depreciação	percentual	6,17
	Margem líquida sem depreciação	percentual	12,55
	Retorno sobre o patrimônio líquido	percentual	2,47
	Composição de exigibilidades	percentual	5,39

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: 7ZQW-XCOG-5SOV-GRWM



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/06/2023 é(são) :

- Carlos Anderson Silveira Pedreira - 09/05/2023 12:32:28
- Joao Quintiliano da Fonseca Neto - 09/05/2023 12:41:14
- Jose Gabriel Almeida de Campos - 04/04/2023 16:42:57
- Luciano Gois Paul - 30/03/2023 10:55:18
- Ricardo Pereira Simoes Dos Reis - 03/04/2023 17:53:36